

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ANANDREA DE NAZARÉ RIBEIRO PORTILHO
MARIA IZABETE GOMES RODRIGUES

CONTEÚDOS DE MATRIZES AFRICANAS, UMA ABORDAGEM SOBRE A
INCLUSÃO DA LEI 10.639/03 NA ESCOLA ESTADUAL SEBASTIANA LENIR DE
ALMEIDA

Macapá-AP
2015

ANANDREA DE NAZARÉ RIBEIRO PORTILHO
MARIA IZABETE GOMES RODRIGUES

**CONTEÚDOS DE MATRIZES AFRICANAS, UMA ABORDAGEM SOBRE A
INCLUSÃO DA LEI 10.639/03 NA ESCOLA ESTADUAL SEBASTIANA LENIR DE
ALMEIDA**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, como requisito para obtenção do título de Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais.

Orientador: Prof. Esp. Emanuel Leal de Lima

**Macapá-AP
2015**

**CONTEÚDOS DE MATRIZES AFRICANAS, UMA ABORDAGEM SOBRE A
INCLUSÃO DA LEI 10.639/03 NA ESCOLA ESTADUAL SEBASTIANA LENIR DE
ALMEIDA**

ANANDREA DE NAZARÉ RIBEIRO PORTILHO
MARIA IZABETE GOMES RODRIGUES

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Curso de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel e Licenciado em Ciências Sociais.

Aprovado por:

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Emanuel Leal de Lima (Orientador) – UNIFAP

Prof. Esp. Raimundo de Lima Brito

Prof^a. Msc. Maria do Socorro dos Santos Oliveira

**Macapá-AP
2015**

CONTEÚDOS DE MATRIZES AFRICANAS, UMA ABORDAGEM SOBRE A INCLUSÃO DA LEI 10.639/03 NA ESCOLA ESTADUAL SEBASTIANA LENIR DE ALMEIDA

Anandrea de Nazaré Ribeiro Portilho¹

Maria Izabete Gomes Rodrigues²

RESUMO

Este artigo tem por objetivo responder algumas questões sobre a Lei Federal 10.639/2003, e de suas Diretrizes Curriculares, as quais tornaram obrigatório no currículo escolar o desenvolvimento de práticas pedagógicas que trabalhem o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa foi analisar os conteúdos de Matrizes africanas a partir de uma abordagem sobre a inclusão da Lei 10.639/03 na Escola Estadual Sebastiana Lenir de Almeida. A problemática gira em torno do questionamento sobre a atuação dos professores no desenvolvimento de práticas de ensino a partir da supracitada Lei. Para tanto, realizou-se uma pesquisa bibliográfica, seguida de uma pesquisa de campo com professores e alunos da Escola Estadual Sebastiana Lenir de Almeida, em que coletou-se dados através de questionários fechados e abertos.

Palavras-Chave: Cultura Africana. Negros. Relações Étnico-raciais. Lei Federal 10.639/03.

ABSTRACT

This article aims to answer some questions about the Federal Law 10.639 / 2003, and its Curriculum Guidelines, which became mandatory in the school curriculum the development of educational practices that work the teaching of History and Afro-Brazilian and African culture. Thus, the objective of this research was to analyze the African headquarters of content from an approach on the inclusion of Law 10,639 / 03 in the State School Lenir Sebastiana de Almeida. The issue revolves makes the questioning of the role of teachers in developing teaching practices from the above Law. Therefore, we carried out a literature review, followed by teachers with field research and students of the State School Sebastiana Lenir of Almeida, in which collected data up through closed and open questionnaires.

Keywords: African Culture. Black. Ethnic and racial relations. Federal Law 10.639 / 03.

(1) Aluna concluinte do curso de graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá

(2) Aluna concluinte do curso de graduação de Ciências Sociais da Universidade Federal do Amapá

I. INTRODUÇÃO

Acredita-se que apesar dos avanços no campo educacional, ainda esse sistema seja excludente, adotando e executando práticas que realimentam as desigualdades sociais e apresentam um currículo estruturado numa visão de dominação ideológica eurocêntrica. O referido modelo de currículo sustenta uma conduta de não problematizar as questões raciais, eternizando, ainda, a desvalorização do negro e as oposições sociais, educacionais e econômicas.

A realização desta pesquisa justifica-se devido à importância que a temática que relaciona os conteúdos de Matrizes africanas e a Lei 10.639/03. Nesse cenário, a escola é considerada como espaço que permeiam o resgate destas memórias, interações, trocas e conflitos, assim, com a efetivação das práticas na escola a partir da lei 10.639/2003 deve-se levar em consideração o exercício de autonomia pedagógica das escolas, que tem a missão de reorganizar o Projeto Político Pedagógico, adequando os conteúdos curriculares e os projetos de acordo com dispositivos legais.

A promulgação da Lei Federal 10.639/ 2003, que trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, no Ensino Fundamental e Médio, visa romper com ciclos de formação, que ao longo da história, trataram com invisibilidade as questões étnico-raciais. Este estudo nos instiga a olhar com mais criticidade os contextos formativos destinados aos professores da educação básica.

Diante disso, afirma-se a relevância desta temática para a sociedade, pois envolve as questões étnico-raciais, que destaca entendimentos sobre gênero, raça, questão de identidade, cor da pele, tipo de cabelo, lábios, nariz e outros. Durante anos da História do Brasil, os grupos sociais, como negros, faziam protestos e lutavam contra a discriminação de raça e gênero.

A relevância acadêmica deste estudo relaciona-se com o currículo escolar no desenvolvimento de práticas pedagógicas que trabalhem o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, pois é a partir do trabalho realizado pelos professores que os conteúdos de matrizes africanas podem ser melhor explorados.

Para tanto, levantou-se o seguinte problema: De que forma estão sendo trabalhadas as matrizes africanas a partir da Lei Federal 10.639/2003, e de suas Diretrizes Curriculares, as quais tornaram obrigatório no currículo escolar o desenvolvimento de práticas pedagógicas

que trabalhem o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana na escola Sebastiana Lenir de Almeida?

Acredita-se que as matrizes africanas estão sendo pouco trabalhadas na escola, apesar da efetivação da Lei 10.639/2003, pois a escola explora somente a História e Cultura Afro-brasileira e Africana em um projeto como forma avaliativa dos alunos desenvolvido no mês de novembro onde no dia 20 comemora-se a consciência negra.

Assim, o objetivo geral deste artigo foi analisar os conteúdos de Matrizes africanas a partir de uma abordagem sobre a inclusão da Lei 10.639/03 na Escola Estadual Sebastiana Lenir de Almeida. Os específicos compreenderam discorrer sobre a cultura negra no Brasil; analisar algumas considerações sobre a Lei 10.639/2003.

Sendo assim, realizou-se uma pesquisa bibliográfica com intuito de apresentar informações embasadas teoricamente. Em seguida de uma pesquisa de campo de cunho qualitativo e quantitativo com professor e alunos da referida Escola visando responder algumas questões sobre a Lei Federal 10.639/2003, e de suas Diretrizes Curriculares.

Diante do exposto, para melhor elucidação da temática em questão, o trabalho foi organizado da seguinte forma: iniciando uma abordagem sobre a cultura negra no Brasil, e algumas considerações sobre a Lei 10.639/2003. Posteriormente, apresenta-se os delineamentos da pesquisa e resultados coletados de professores e alunos da Escola Estadual Sebastiana Lenir de Almeida.

II. A CULTURA NEGRA NO BRASIL

O Brasil apresenta-se como um país rico em diversidade cultural, sendo resultado de uma colonização erguida por vários povos que em solo brasileiro se associaram causando juntamente com suas esperanças e planos, o seu patrimônio cultural, adotando em sua bagagem cultural, a música, a religião, o modo de falar, entre outras (LIMA, 2010).

Ressalta-se que no Brasil, a cultura é uma herança social derivada dos portugueses, italianos, espanhóis, índios e negros. Especialmente os negros deixaram sua cultura evidente, sobretudo considerando sua trajetória pelo Brasil, sua história carregada de sofrimentos e preconceitos que se perpetuam, ao lado da cultura, até a atualidade.

Lima (2010) descreve que a história do negro no Brasil, descrevidas nas escolas, em sua maioria, descreve-se o período da escravidão e os horrores do caminho percorrido, e aludem de modo superficial a cultura afro-brasileira e a tradição negra.

Freyre (2002) em *Casa Grande & Senzala* deixa evidente que predominavam no Brasil, as teses científicas de superioridade racial do branco e inferioridade do negro, em que prevalecia o preconceito. No entanto, sua obra é talvez a primeira a assumir e ressaltar a fundamental importância cultural do negro na sociedade brasileira.

Segundo Souza (2008, p. 87) a cultura “é algo que nos permite fazer parte de um grupo e nos dificulta sermos um membro integral de um grupo que não o nosso, a não ser que nos transformemos radicalmente”, visto que a cultura é uma palavra que tem vários significados.

Para Santos (2013), a palavra cultura foi criada pelo fato de o homem viver em grupo, em um meio de relações, onde se revelam desejos, necessidades, valores, aspirações e hábitos de vida. Assim, esta passa a ser entendida como a totalidade das atividades humanas estabelecidas pelo homem na sociedade.

Laraia (2004, p. 49) descreve que a “cultura é, portanto, tudo o que os homens fazem e adquirem em sociedade, num determinando tempo histórico e espaço geográfico”, sendo reconhecida pelo conjunto de crenças, ritos, linguagens, conhecimentos, saberes, costumes, expressões folclóricas, identidades, técnicas e tecnologias, formas de comportamento coletivo, direitos, regras morais e manifestações artísticas em geral.

Apenas depois da abolição da escravatura, promulgada pela Princesa Isabel, em 13 de maio de 1888, através da Lei Imperial nº 3.353 (Lei Áurea), é que os negros tiveram a possibilidade de dar início a luta pela conquista de um espaço na sociedade capitalista. Entretanto, no Brasil hoje, eles ainda continuam, mesmo que de forma indireta, na classe de “escravos”, visto que são vítimas de todo tipo de preconceito, discriminação, racismo e *bullyng*; seja em qualquer espaço da sociedade (SANTOS, 2013).

Trata-se de uma situação bastante difícil e muito preocupante. Entende-se que a discriminação, o racismo e o preconceito se configuram como fatores muito negativos numa sociedade que se julga democrática e inclusiva, pois de acordo com Ribeiro e Cardoso (1997) o racismo como algo instituído pelo homem e o preconceito, é considerado um fator de ordem universal e, difícil de erradicar; mas não impossível. Ressalta-se que o racismo, o preconceito

e a discriminação estão fortemente presentes na sociedade brasileira, principalmente na escola, e se formam em crime contra a honra e a dignidade da pessoa humana.

Portanto, na próxima sessão pretende-se abordar sobre a Lei Federal nº 10.639/2003, que altera a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996), que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira (BRASIL, 1996).

2.1 A APLICABILIDADE DA LEI 10.639/2003

A partir dos estudos de Gomes e Bezerra (2015) constatou-se que a aplicabilidade da lei 10. 639/2003 foi aprovada no governo do então presidente Luís Inácio Lula da Silva, intitulou a inclusão obrigatória de conteúdos e o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana na rede de ensino da educação básica brasileira.

De acordo com Santos (2010, p. 11) a Lei 10.639/2003 é simbolicamente uma conformidade do estado brasileiro pela dívida histórica em políticas públicas em especiais para a população negra:

Neste contexto, a publicação de livros didáticos pertinentes a História da África, Cultura Afro-brasileira e indígena, para o Ensino Fundamental I, torna-se uma alternativa eficaz para o ensino-aprendizagem nas escolas públicas e particulares sobre o ensino das relações étnicas e raciais. Visto que a docência tem questionado em órgãos públicos sobre a carência de livros didáticos para a efetivação das leis supracitadas.

Diante disso, tornou-se obrigatório a inclusão da literatura afro-brasileira moderna nos debates e discussões em sala de aula, com a finalidade de desconstruir visões preconceituosas e corrompidas referentes aos negros e os afro-descendentes. A esse respeito, o 3º parágrafo do CNE/CP 003/2004 explica que:

§ 3º O ensino sistemático de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Educação Básica, nos termos da Lei 10639/2003, refere-se, em especial, aos componentes curriculares de Educação Artística, Literatura e História do Brasil.(BRASIL, 2004, p. 32)

Ressalta-se que o Ministério da Educação, a partir de políticas do Governo Federal, vem estabelecendo várias medidas e ações que visam corrigir injustiças, extinguir discriminações, além de gerar a inclusão social e a cidadania para todos no sistema educacional brasileiro. No decorrer da história da nação brasileira, destaca-se um modelo de

desenvolvimento excludente, a partir disso, milhares de brasileiros foram impedidos de frequentar a escola, onde eles não têm acesso ou não permanecem. Segundo Figueiredo (2007, p. 117):

Durante o século XX intensificam-se as reivindicações e as demandas por educação pelos afro-brasileiros, através de suas organizações e representações políticas, intelectuais e culturais. Um dos grandes apelos à educação dos negros no Brasil veio a Frente Brasileira, a mais importante entidade negra da época, por sua duração, ações concretas realizadas e pela presença em diferentes estados brasileiros.

Garantir o exercício desse direito e forjar um novo modo de desenvolvimento com inclusão é um desafio que impõe ao campo da educação decisões inovadoras. Na reestruturação do ministério da educação, o fortalecimento de políticas e a criação de instrumentos de gestão para a afirmação cidadã tornaram-se prioridades, valorizando a riqueza de nossa diversidade étnico-racial e cultural.

Com a criação da lei 10.639/03 ainda foi criada a Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, diversidade e inclusão (SECADI), visando enfrentar as injustiças que ainda permeiam os sistemas educacionais do país. A partir da mencionada Lei é vista como uma política de reparações voltadas para a educação dos negros, em que estes passaram a ter garantias de ingresso, permanência e sucesso na educação escolar e ao mesmo tempo provoca uma valorização do patrimônio histórico cultural afro-brasileiro (GOMES; BEZERRA, 2015).

Com a Lei buscou-se efetivar um Brasil com categoria de um estado democrático de direito está embasada na cidadania e na dignidade da pessoa humana, visto que apresenta uma realidade marcada por posturas subjetivas e objetivas de preconceito, racismo e discriminação aos afrodescendentes, que, de acordo com a história enfrentaram dificuldades para o acesso e a permanência nas escolas.

A ação da comunidade afro-brasileira por consideração, valorização e afirmação de direitos, no que se refere à educação, passou a ser apoiada com a promulgação da Lei 10.639, que alterou a lei 9.394/1996, estabelecendo a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileiras e africanas, pois de acordo com Souza e Croso (2007, p. 20):

A promulgação da lei 10.639/03 altera a LDB, incluindo o artigo 26-A, o qual torna obrigatória a temática história e cultura afro-brasileira no currículo oficial da rede de ensino, e, ainda, o artigo 79-B, que estabelece para o calendário escolar o dia 20 de novembro como o Dia Nacional da Consciência Negra.

Sendo assim, analisa-se que é papel da escola de forma democrática e comprometida estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias. Assim, a educação é vista como fundamental no processo de formação de qualquer sociedade e abre portas para o aumento da cidadania de um povo.

O Ministério da Educação (BRASIL, 2004, p. 23) diz que:

É necessário a inclusão de discussão da questão racial como parte integrante da matriz curricular tanto dos cursos da licenciatura para a educação infantil, aos anos iniciais e finais da educação fundamental, educação média, educação de jovens e adultos, como processos de formação continuada de professores, inclusive de docentes no ensino superior.

Levando em consideração a obrigatoriedade da Lei Federal 10.639/03, analisa-se que os professores diante de suas atribuições devem trabalhar na sala de aula assuntos relacionados à questão e a relação étnica racial, especificamente, referente aos negros, como ainda, confrontar estudos literários afro-brasileiros e as literaturas hegemônicas, promovendo assim a valorização das culturas africanas e afro-brasileiras.

Diante disso, analisa-se que o cumprimento da mencionada Lei se dá a partir de orientações, princípios e fundamentos para o planejamento e execução, promovendo a educação de cidadãos atuantes e conscientes no seio da sociedade multicultural e pluriétnica no Brasil, buscando relações étnico-sociais positivas, rumo à construção de uma nação democrática.

III. ESCOLA ESTADUAL SEBASTIANA LENIR DE ALMEIDA: UM BREVE ESTUDO DE CASO

No desenvolvimento desta pesquisa primeiramente utilizou-se uma pesquisa bibliográfica. Esse tipo de pesquisa envolve o embasamento teórico sobre a temática em questão, que deu suporte para os dados coletados em campo. Por isso, Mattos et al (2008, p. 38) aludem que esse tipo de pesquisa “é considerado o primeiro passo de qualquer pesquisa científica”.

Em contrapartida, Marconi e Lakatos (2006, p. 20) ressaltam que a pesquisa bibliográfica “é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou, ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles”.

Diante disso, primeiramente foi feito pesquisas em livros, revistas, pesquisa pela internet em artigos, monografias, dissertações, dentre outras fontes que estejam fundamentadas teoricamente e estejam relacionados os conteúdos de Matrizes africanas a partir de uma abordagem sobre a inclusão da Lei 10.639/03 na escola.

O segundo tipo de pesquisa foi a de campo de cunho qualitativo e quantitativo, que foi aplicada na Escola Estadual Sebastiana Lenir de Almeida. Segundo a técnica utilizada na pesquisa, Santos e Clos (2008, p. 133) ressaltam que:

A opção pelo método e técnica de pesquisa depende da natureza do problema que preocupa o investigador, ou do objeto que deseja conhecer ou estudar. A utilização de técnicas qualitativas e quantitativas depende, também, do domínio que o pesquisador tem no emprego destas técnicas. Inexiste superioridade entre ambas desde que haja correção nas utilizações e adequações metodológicas.

As técnicas qualitativas e quantitativas segundo os autores se analisam o raciocínio lógico, que leva o pesquisador a vivenciar na prática como se desenvolve a vivência na escola. Logo, durante a coleta de dados este irá participar, compreender e interpretar a realidade que serviu de estudo.

A pesquisa foi realizada na Escola Estadual Sebastiana Lenir de Almeida, localizada na Avenida Diógenes Silva, nº 123, Bairro Buritizal, no município de Macapá. Foi inaugurada no dia 31 de março de 1976, pelo então Governador do território Federal do Amapá Artur de Azevedo Henning, determinada pelo decreto nº 2228 de abril do mesmo ano. Em homenagem a educadora Sebastiana Lenir de Almeida que dedicou toda sua vida profissional para a melhora da educação do antigo Território do Amapá.



Figura 01 - Escola Estadual Sebastiana Lenir de Almeida
Fonte – Maria Izabete Gomes Rodrigues

A Escola Estadual Sebastiana Lenir de Almeida apresenta em seu quadro docente um total de 74 (setenta e quatro) professores e um quantitativo de aproximadamente 1.500 alunos,

distribuída entre os três turnos: manhã, tarde e noite, com o ensino fundamental, médio e EJA (médio).

A amostra foi formada de 02 (dois) professores, sendo identificados como Professor 01 e Professor 02 e 70 (setenta) alunos do 1º ano do ensino médio da Escola Estadual Sebastiana Lenir de Almeida, totalizando 72 (setenta e dois) sujeitos que fizeram parte da pesquisa de campo. Diante do exposto, Mattos et al (2008, p. 159) deixa evidente que a amostra apresentam-se, “como parte representativa do total, selecionada para demonstrar de forma legítima os resultados da pesquisa, que são generalizados a toda a população”.

3.1 A COLETA DE DADOS NA ESCOLA SEBASTIANA LENIR

A forma de coleta de dados com professores e alunos do 1º ano do Ensino Médio da Escola Estadual Sebastiana Lenir de Almeida, foi por meio de um questionário e observações em campo, que para Cervo e Bervian (2002) é a forma mais utilizada para coletar dados, possibilitando medir com exatidão o que se deseja.

Sendo assim, a coleta de dados foram obtidos pelas próprias pesquisadoras, utilizando dados já existentes (dados secundários), tais como informações da escola e através de levantamentos (dados primários), que foram por meio de questionário junto ao público alvo.

Como os professores foram utilizados um questionário composto com perguntas abertas, que conforme descrição de Mattos et al (2008, p. 68), tais perguntas são “destinadas à obtenção de respostas livres”. Em contrapartida, com os alunos, utilizou-se um questionário com perguntas fechadas, que para Cervo e Bervian (2002) este tipo de pergunta assinala apenas sim ou não, ou ainda, marca-se uma das alternativas impostas pelo pesquisador.

A forma de análises dos dados com os professores foram de forma dissertativa, uma vez que o questionário aplicado foi com perguntas abertas. Enquanto que com os alunos foi através da análise de dados quantitativos, devido o questionário ser com perguntas fechadas, por meio do *software Microsoft Excel® 2010* para a análise de dados quanto à frequência e porcentagem, representado por meio de gráficos. Segundo Bardin (1997) a análise de dados apresenta-se como um conjunto de técnicas de análise de informações sobre determinada temática.

IV. ANÁLISE DOS DADOS OBTIDOS

4.1 AMOSTRA DOS RESULTADOS

Ressalta-se que a Lei 10.639/03 vem reconhecer a existência do afro-brasileiro e seus ancestrais, sua trajetória na vida brasileira e na categoria de sujeitos que colaboraram para a construção da sociedade brasileira (FELIP; TERUYA 2007).

A partir da coleta de dados através de questionário do tipo aberto com dois professores da Escola Estadual Sebastiana Lenir, questionou-se você tem algum conhecimento sobre a lei 10639/03? Os entrevistados responderam que:

Professor 01: Sim, mas meu conhecimento é superficial, ou seja, apenas sei que envolvem mudanças no currículo escolar adequando a história do negro no Brasil.

Professor 02: Sei apenas que mudará a matriz curricular, onde incluirá a origem africana, o que reforça ainda mais o assunto já trabalhado na sala de aula.

Diante do exposto, analisa-se que os professores ainda não adequaram suas aulas de acordo com a Lei 10639/03, pois acredita-se que as mudanças precisam primeiramente ser no currículo, para que seja depois cobrado as adaptações nas aulas dos professores.

Ressalta-se que a Lei 10.639/03 foi estabelecida a partir de muitas reivindicações dos grupos negros e de militantes das questões étnico-raciais, constituindo-se como uma autêntica conquista política, que mostra a importância da mencionada Lei não privilegia apenas alunos e educadores negros, mas, torna-se relevante, igualmente, para toda a sociedade, visto que a Lei 10.639/2003 altera a Lei de Diretrizes e Bases (LDB), estabelecendo as diretrizes curriculares para sua implementação, tornando obrigatório o ensino da História da África e da cultura africana nas redes regulares de ensino (BRASIL, 2003).

Segundo Souza e Croso (2007, p. 21):

Com a lei 10.639/03 a escola aparece como locus privilegiado para agenciar alterações nessa realidade, e é dela a empreitada de acolher, conhecer e valorizar outros vínculos históricos e culturais, refazendo repertórios cristalizados em seus currículos e projetos pedagógicos e nas relações estabelecidas no ambiente escolar, promovendo uma educação de qualidade para todas as pessoas.

A partir da promulgação da supracitada Lei Federal o Ensino Fundamental e Médio, romperam com ciclos de formação, que ao longo da história, trataram com invisibilidade as questões étnico-raciais. Por isso, torna-se relevante os professores terem conhecimentos, para que dessa forma possam cobrar da escola a adequação no currículo escolar e a partir disso, fazer ser cumprida a Lei, que faz doze anos desde a sua publicação.

Acredita-se que a partir das mudanças no currículo, questões baseadas em preconceitos poderão ser trabalhadas através da adequação do currículo escolar. Os alunos terão conhecimentos sobre a História da África e da cultura africana e com isso, mudar de atitudes, uma vez que passarão a entender a história e sua importância para a sociedade brasileira.

Ressalta-se que ainda as atitudes de alunos preconceituosos ainda é comum no contexto escolar, pois a partir do questionamento junto aos professores: Você presencia ou já presenciou na sala de aula as relações étnico-raciais baseadas em preconceito que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos? As afirmativas ficaram evidentes, na fala dos entrevistados:

Professor 01: Infelizmente isso acontece tanto entre alunos, que criticam os cabelos “cri cri”, principalmente das meninas. Assim como, os alguns professores discriminam os alunos negros que residem em periferia.

Professor 02: Sim, isso é praticamente comum dentro do contexto escolar, os alunos se ofendem sem qualquer limite, seja pelo cabelo, seja pela posição social, seja pela cor da pele, pela raça, gênero, etc.

A partir das informações apresentadas pelos professores, acredita-se que apesar da Lei 10.639/2003 ter sido promulgada, os professores não estão trabalhando de forma adequada na escola, isso explica o preconceito que desqualificam os negros.

Com isso, seria importante que os professores estivessem atentos a qualquer forma de tratamento discriminatório, como gestos, tom de voz e outras atitudes que possam humilhar o aluno negro, pois em qualquer tipo de discriminação, seja qual for o formato do preconceito racial, o aluno que suporta esse abuso pode chegar até à “reprovação, dependendo do dano psicológico e emocional” (CAVALLEIRO, 2003, p. 81-89).

Diante disso, percebe-se o quanto é importante o papel do professor na efetivação da Lei 10.639/2003, pois é através dele que os alunos passaram a entender e conseqüentemente dar importância sobre a História da África e da cultura africana.

Por isso, questionou-se junto aos professores: a formação de professores pode contribuir para uma formação que dê suporte para o ensino voltado para a inclusão racial e étnica? Os entrevistados responderam que:

Professor 01: A boa formação é tudo. As instituições de ensino superior teriam sim que trabalhar desde sempre a nossa história, assim ao final da formação o professor teria base para passar aos seus alunos.

Professor 02: De fato, pois é o professor o mediador da aprendizagem, que através de suas praticas de ensino poderá despertar nos alunos os interesses sobre a História da África e da cultura africana.

De acordo com as informações apresentadas pelos entrevistados, constatou-se que os professores acreditam que na formação inicial precisa ser melhor explorada a Lei 10.639/2003, para que dessa forma ao ser inserido na rede regular de ensino possa saber como trabalhar na sala de aula.

Souza, Souza e Loyola (2007, p.61) ressaltam que “aprender a história e a cultura brasileira é se apropriar também da cultura de vários povos que ajudaram na construção deste país com a junção de memória e bagagens trazidas de diversas partes do mundo”.

Segundo Souza, Ferraz e Chaves (2007, p.437) a transmissão cultural exige do homem novas competências de memorização e representação. “A escola possui a tarefa de transmitir a memória cultural e os valores produzidos historicamente pelo ser humano no contato com a natureza e nas relações sociais”. A partir disso, o professor pode trabalhar de forma específica a formação do aluno no que se refere aos conteúdos de Matrizes africanas, valorizando assim a sua formação continuada.

Logo, esses valores Nesse processo, vale ressaltar a importância da formação continuada para os professores que já atuam na rede regular de ensino, pois de acordo com o questionamento: Você já participou de algum curso de formação continuada sobre a inclusão racial e étnica? Apenas um professor investe na sua formação continuada, como mostrar logo abaixo:

Professor 01: Não, apenas me atualizo através da internet, onde busco informações sobre os assuntos que trabalho na sala de aula e como trabalhar para que os alunos se sintam estimulados pela aprendizagem.

Professor 02: Sim, já fiz especialização para estar preparado para atuar na sala de aula, mas infelizmente temos que trabalhar de acordo com a matriz curricular da escola. Mas procuro diversificar minhas aulas sempre colocando conteúdos de matrizes africanas.

Segundo os dados apresentados pelos professores, constatou-se que apenas um fez cursos de formação continuada. Dessa forma estes cursos são essenciais para melhorar a didática do professor na sala de aula e ao mesmo tempo apresentar para o alunado metodologias diversificadas que deixam o assunto mais interativo.

Existe a necessidade de inserir a temática sobre História e Cultura Afro-Brasileira e Africana no currículo escolar a partir da interdisciplinaridade e transdisciplinaridade trabalhando-a, de maneira que haja envolvimento da escola como um todo, envolvendo ainda a comunidade extra-escolar (AZEVEDO NETO, 2009).

A partir do exposto, questionou-se junto aos professores: Você já trabalhou com a temática étnico racial em sala de aula? Os entrevistados responderam que:

Professor 01: Sim, no entanto dou ênfase nas questões étnico-raciais nas minhas aulas, principalmente período que ocorre o projeto.

Professor 02: Sim, mas parcialmente eu trabalho a questão étnico-racial de forma questionadora na sala de aula, para que os alunos se sintam instigados pelo assunto trabalho e passem a interagir de forma coletiva.

De acordo com a exposição acima, constatou-se que as questões étnico-raciais são trabalhadas, mas de maneira superficial, somente em um determinado período do ano, onde a escola desenvolve o projeto “Diversidade Cultural”. Assim, a partir da Lei 10.639/03 que trata da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana abre espaço para que as diversidades culturais provenientes da comunidade negra do Brasil sejam adicionadas nas propostas curriculares das instituições de ensino das redes pública e privadas.

Nesse sentido, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana estabelece.

Art. 3º A Educação das Relações Étnico-Raciais e o estudo de História e Cultura Afro-Brasileira, e História e Cultura Africana será desenvolvida por meio de conteúdos, competências, atitudes e valores, a serem estabelecidos pelas Instituições de ensino e seus professores, com o apoio e supervisão dos sistemas de ensino, entidades mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004 (BRASIL, 2004, p. 32).

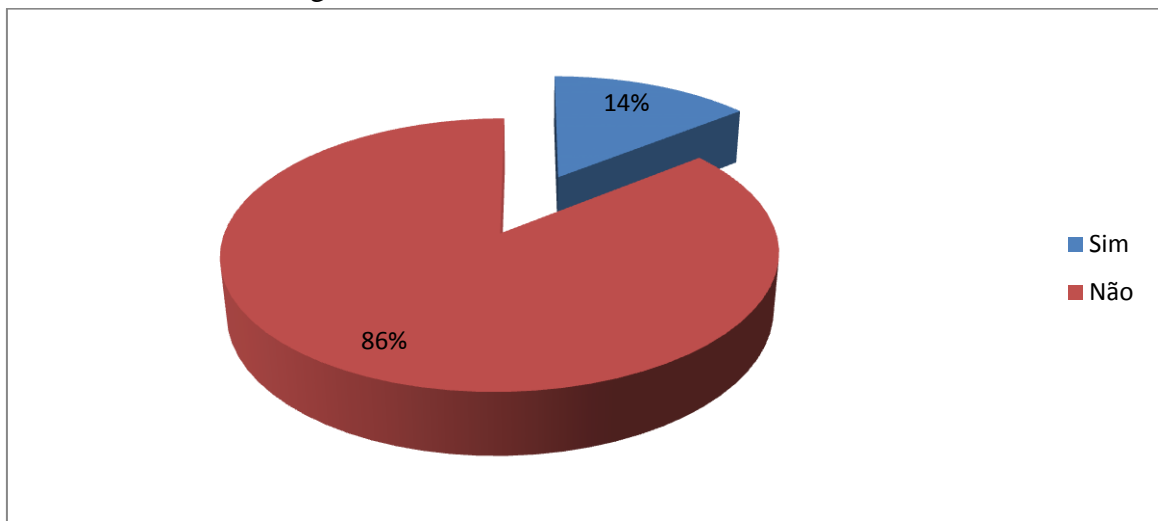
Portanto, a referida Lei deixa evidente o que deve ser abordado na sala de aula após a adaptação do currículo nas escolas. Logo, as questões étnico-raciais estão atreladas a essa

temática e, devem ser trabalhadas de forma que venham trazer conhecimentos significativos que venham a influenciar na formação acadêmica destes alunos.

Diante do exposto, conclui-se que a inclusão de uma Lei obrigatória e uma data comemorativa, não são ações satisfatórias para que a temática relacionada a cultura negra e afro-brasileira seja trabalhada de forma apropriada no contexto escolar. Pinto (2002) aponta para a necessidade de oferecer ao professor uma sólida formação acerca da educação étnico-racial, no sentido de instrumentalizá-lo face o desafio que se põe para decodificar esta educação na sala de aula.

Com isso, percebe-se a relevância que a Lei 10.639/2003 e então, buscou-se através da pesquisa de campo na Escola Estadual Sebastiana Lenir, saber o entendimento dos alunos sobre a Lei 10639/2003.

Gráfico 01. Você tem algum conhecimento sobre a Lei 10639/2003?



Fonte: Alunos

Tabela 01. Você tem algum conhecimento sobre a Lei 10639/2003?

Resposta	Números	%
Sim	10	14%
Não	60	86%
Total	70	100%

Fonte: Alunos

A partir dos dados coletados, constatou-se que apenas 14% dos alunos entrevistados têm conhecimento sobre a Lei 10639/2003 e 86% dos alunos responderam que não tem conhecimento sobre a referida Lei. Diante do exposto, analisa-se que a História e Cultura Afro-Brasileira e Africana não está sendo trabalhada de acordo com a Lei.

De acordo com as observações realizadas em campo, confirmou-se as respostas da maioria dos alunos, pois estes não fazem a minha ideia do que se trata, e a minoria a partir de uma conversa informal sabem superficialmente sobre a Lei 10.639/2003.

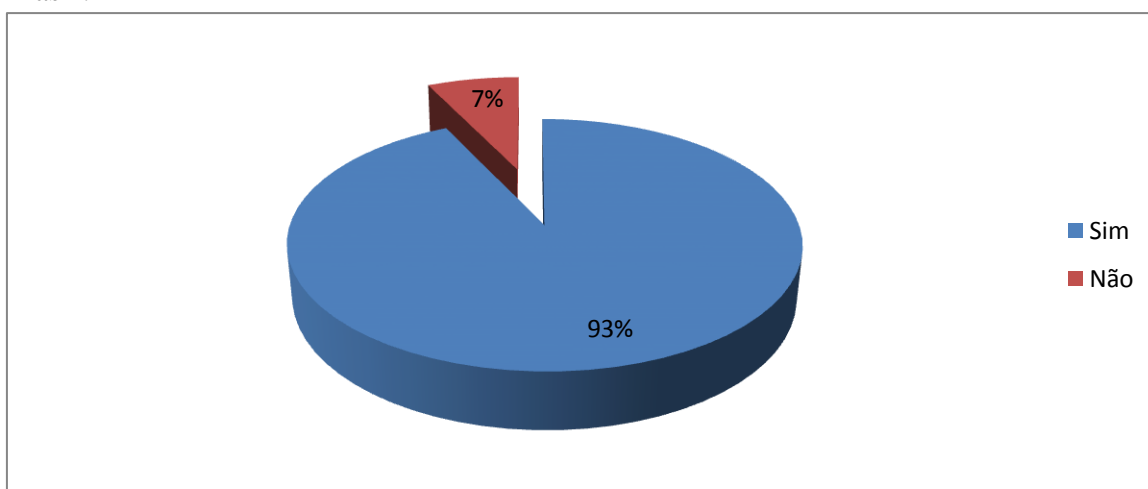
Ressalta-se que existe a necessidade de uma revisão nos conteúdos escolares referentes a população negra do Brasil, pois de acordo com Rosa (2006, p. 22):

A intenção de transformação da educação brasileira que procura a valorização da história e da cultura dos africanos e afrodescendentes busca eliminar os fatores de exclusão das populações descendentes dos africanos que se proliferam desde o Brasil colônia.

Assim, a partir da inclusão no currículo escolar o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira tem a finalidade de contribuir para uma educação multicultural, dotando o brasileiro, desde o ensino fundamental, os conhecimentos e a valorização de suas raízes.

Pois, de acordo com as informações do gráfico 02, em que 93% dos alunos consideram importantes os conhecimentos sobre a cultura advinda da África existente no Brasil, apenas 7% não consideram importante.

Gráfico 02. Você considera importante conhecer a cultura advinda da África existente no Brasil?



Fonte: Alunos

Tabela 02. Você considera importante conhecer a cultura advinda da África existente no Brasil?

Resposta	Números	%
Sim	65	7%
Não	05	93%
Total	70	100%

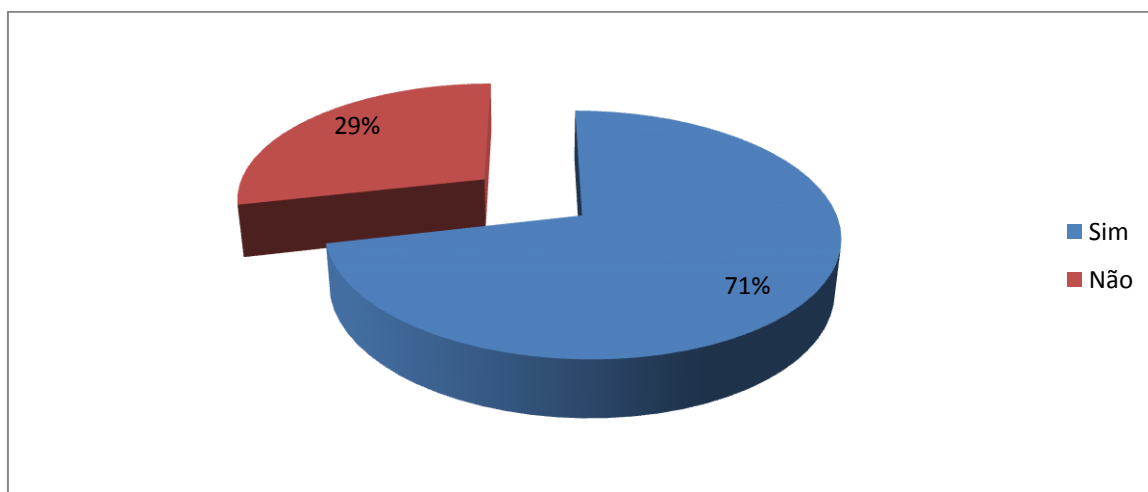
A partir dos dados apresentados, constatou-se que a maioria dos alunos considera importante o ensino da história africana. No entanto, a partir das observações realizadas em campo constatou-se que os professores trabalham de forma superficial, ou seja, a proposta de educação étnico-racial à luz do ensino do que estabelece a Lei 10.639/2003, nos currículos escolares não traz uma nova abordagem do tema história africana, pois a temática é pouco explorada.

De acordo com o feedback realizado com os alunos sobre a importância de se conhecer a cultura advinda da África existente no Brasil, a maioria considera fundamental, pois retrata as origens da cultura brasileira e isso deve ser sempre ensinado nas aulas.

No entanto, com a efetivação da Lei 10.639/2003, segundo Wedderburn (2005, p. 160), os profissionais envolvidos nesse processo encontram vários desafios, onde o professor encarregado do ensino da matéria africana se vê com a missão durante longo tempo de derrubar os estereótipos e preconceitos que povoam as abordagens sobre essa matéria.

No gráfico 03, 71% dos alunos entrevistados deixaram evidente que os conteúdos de matrizes africanas ajudarão na formação de uma sociedade menos preconceituosa, enquanto que, 29% dos alunos responderam que não.

Gráfico 03. Você acha que os conteúdos de matrizes africanas ajudarão na formação de uma sociedade menos preconceituosa?



Fonte: Alunos

Tabela 03. Você acha que os conteúdos de matrizes africanas ajudarão na formação de uma sociedade menos preconceituosa?

Resposta	Números	%
Sim	50	71%

Não	20	29%
Total	70	100%

Fonte: Alunos

De acordo com os dados apresentados, analisa-se que a maioria dos alunos acredita que os conteúdos trabalhados a partir das matrizes africanas poderá ajudar na formação de alunos, pois com os conhecimentos adquiridos na escola estes saberão a importância da cultura negra para a constituição do povo brasileiro.

Segundo os alunos a mencionada Lei 10.639/2003, ajudará de fato, mas não é o suficiente para acabar com o preconceito. Os alunos a partir de um conhecimento mais aprofundado sobre suas origens podem de fato contribuir de forma significativa.

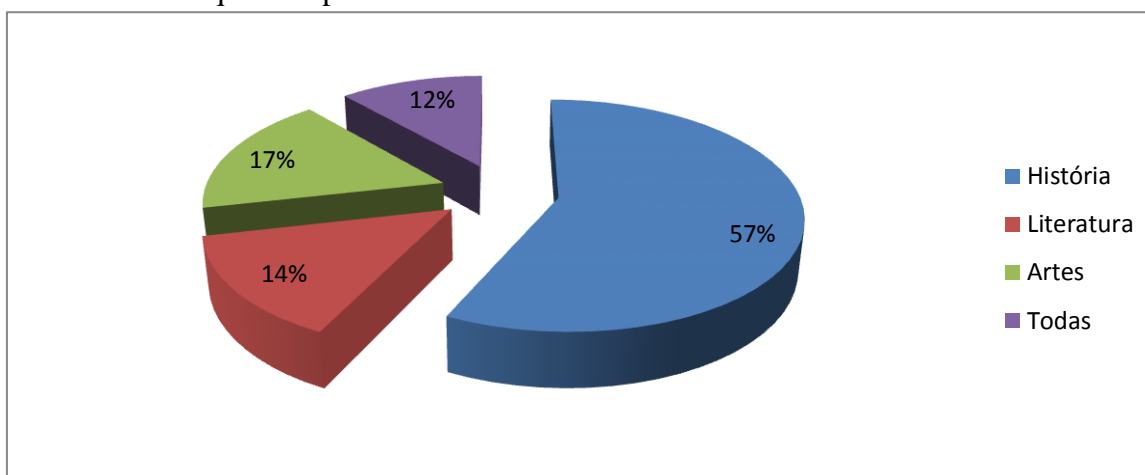
A esse respeito, Gomes (2011) diz que as situações preconceituosas e discriminatórias, experienciadas no cotidiano escolar surgem a partir da falta de conhecimento dos próprios alunos, sobre suas origens, sua cultura. Essa alienação se reflete nas práticas discriminatórias existentes no âmbito escolar.

Ressalta-se que tais práticas se refletem no comprometimento da aprendizagem dos alunos que sofrem preconceitos pela cor da pele, raça, cabelo, etc., pois este passará a se sentir discriminado, excluído e desestimulado para desenvolver suas potencialidades cognitivas.

Neste contexto, é necessário reiterar que se revelam ainda muito importantes os movimentos sociais negros na busca por essa inclusão e viabilização da aplicação da Lei Nº 10.639/2003 nos currículos escolares, pois apesar da Lei ter sido promulgada, muitas escolas ainda não se adaptaram a esse currículo e, passam a trabalhar o ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana de forma tradicional.

No gráfico 04, 57% dos alunos entrevistados responderam que os conteúdos das matrizes africanas são trabalhados na disciplina de História; 14% dos alunos ressaltaram na disciplina de Literatura; 17% dos alunos evidenciaram na disciplina de Artes e 12% dos alunos disseram que as matrizes africanas são trabalhadas em todas as disciplinas.

Gráfico 04. Em que disciplinas são trabalhados os conteúdos de matrizes africanas?



Fonte: Alunos

Tabela 04. Em que disciplinas são trabalhados os conteúdos de matrizes africanas?

Resposta	Números	%
História	40	57%
Literatura	10	14%
Artes	12	17%
Todas	08	12%
Total	70	100%

Fonte: Alunos

Segundo os dados apresentados, a disciplina que mais trabalha os conteúdos de matrizes africanas é a de História. No entanto, observou-se em campo, que a História e Cultura Afro-brasileira e Africana é trabalhada de forma tradicional. Assim, a ênfase na temática é dada em novembro que retrata o dia da consciência negra.

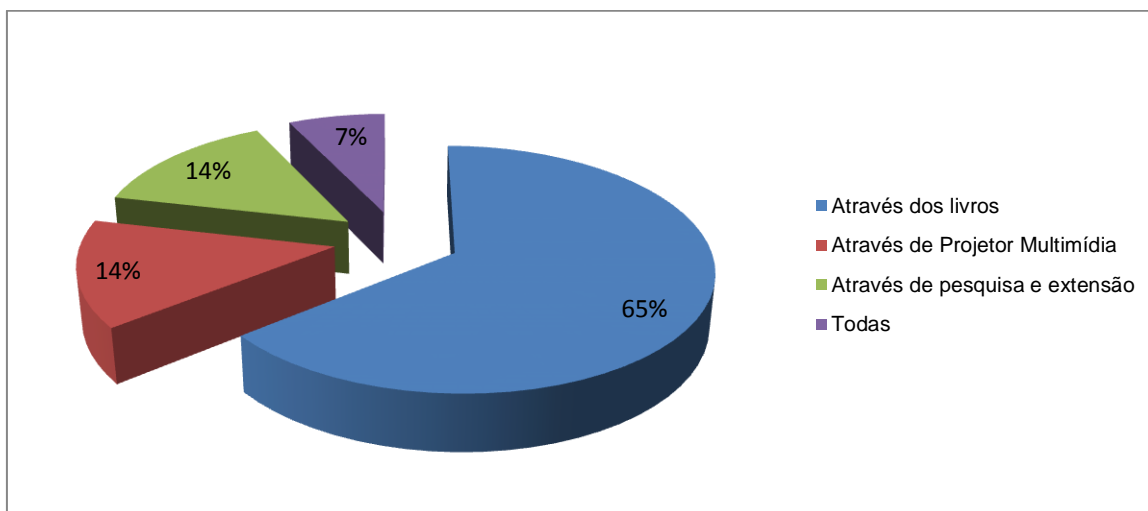
De acordo com os alunos, os conteúdos de matrizes africanas deveriam ser explorados por todas as disciplinas, já que a Lei Federal 10.639/2003, e de suas Diretrizes Curriculares, tornaram obrigatório no currículo escolar o desenvolvimento de práticas pedagógicas que trabalhem o ensino de História e Cultura Afro-brasileira.

Diante disso, analisa-se que a mudança no currículo a partir da Lei Nº 10.639/2003 visa mudar essa realidade e ao mesmo tempo dar ênfase de forma mais ampliada sobre a História e Cultura Afro-brasileira e Africana, em que os professores poderão utilizar os recursos didático-pedagógicos para melhor explorar a temática em questão.

No gráfico 05, 65% dos alunos entrevistados ressaltaram que o professor utiliza o livro nas aulas que envolvem os conteúdos de matrizes africanas; 14% dos alunos ressaltam que o professor utiliza o projetor multimídia; 14% dos alunos responderam que o professor utiliza a

pesquisa e extensão (computador). E por fim, 7% dos alunos responderam que os professores utilizam todos os recursos disponíveis na escola.

Gráfico 05. Quais os recursos o professor utiliza nas aulas que envolvem os conteúdos de matrizes africanas?



Fonte: Alunos

Tabela 05. Quais os recursos o professor utiliza nas aulas que envolvem os conteúdos de matrizes africanas?

Resposta	Números	%
Através dos livros	45	65%
Projeto Multimídia	10	14%
Através de pesquisa e extensão	10	14%
Todas	05	7%
Total	70	100%

Fonte: Alunos

De acordo com os dados apresentados constatou-se que o livro ainda é o recurso mais utilizado na sala de aula. No entanto, acredita-se que existem outras possibilidades e perspectivas procedidas através da Lei 10639/03 que podem constituir novos marcos de ponderação na educação escolar brasileira. Pois, a educação volvida para as relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, pode gerar a igualdade étnico-racial/social.

Sabe-se que os recursos são fundamentais para estimular a aprendizagem de qualquer assunto com os alunos. Os professores devem explorar melhor os recursos didático-pedagógico da escola, assim como os ambientes, pois na atualidade a formação dos alunos é voltada para uma formação crítica autônoma e participativa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com a aprovação da Lei 10.639/03, intensificou-se a discussão sobre a educação das relações étnico-raciais. No entanto, ainda é indispensável aumentar o debate e a preparação pedagógica para realizar uma educação antirracista, pois é fundamental sensibilizar toda a comunidade escolar na transformação da abordagem curricular para que esta se torne interdisciplinar e transversal em todos componentes curriculares, níveis e modalidade de ensino.

Acredita-se que a sociedade almejada é aquela em que todas as pessoas possam ser reconhecidas e valorizadas e, acredita-se, que através da educação possa contribuir para a construção de relações raciais e sociais saudáveis, em que todos se desenvolvam e se realizem enquanto seres humanos e cidadãos. Mas, esta tarefa tende a ser intensa e extensa, pois não é simples romper uma mentalidade racista, utilizando novas perspectivas educacionais que compreendam a temática racial.

A partir da pesquisa realizada constatou-se que Lei 10.639/2003 vem sendo ainda um desafio a ser derrotado, pois ainda existe muita falta de conhecimento deste marco regulatório por parte de gestores públicos e profissionais da educação, que trata da obrigatoriedade do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, no ensino fundamental e médio, propondo uma revisão do currículo escolar referente à referida lei.

Diante do exposto, ressalta-se que a educação pode cooperar de forma determinante nas reflexões, superando de fato a sociedade classista, racista, homofóbica etc., enfim, no alargamento e na consolidação da democracia brasileira, que considera todos os seus sujeitos sociais e que estes estejam empenhados com as mudanças, favorecendo a construção de uma sociedade que reconheça e estime a diversidade racial e cultural existente no Brasil.

Por fim, afirma-se que as transformações na Educação se formam em uma luta coletiva que, para o seu total êxito, precisam do envolvimento e compromisso de gestores públicos e privados, profissionais da educação, ativistas sociais, entre outros indivíduos políticos, para realização de uma política de Estado, visando à construção de um país mais democrático, promovendo a igualdade racial no Brasil.

Portanto, a partir do questionamento levantado confirmou-se a hipótese de que as matrizes africanas estão sendo pouco trabalhadas na escola, apesar da efetivação da Lei 10.639/2003, pois a escola somente dar ênfase na História e Cultura Afro-brasileira e

Africana, parcialmente através do projeto pedagógico “Diversidade Cultural” realizado no mês de novembro, onde comemora-se no dia 20 a consciência negra.

Contudo, analisa-se que o objetivo geral deste artigo foi alcançado com êxito pois, foi possível observar, analisar e descrever de que forma os conteúdos de Matrizes africanas a partir de uma abordagem sobre a inclusão da Lei 10.639/03 estão sendo trabalhados na Escola Estadual Sebastiana Lenir de Almeida. Apesar do longo tempo de efetivação da lei, é necessário uma ação conjunta dos gestores tanto municipal quanto estadual e federal tendo iniciativa nos termos de formação de professores, oficinas pedagógicas ou seja uma série de atualizações na área para garantir a total aplicabilidade da mesma.

REFERÊNCIAS

- AZEVEDO NETO, Leonardo Dourado de. **A Lei nº 10.639**: como a inclusão de conhecimento de raiz africana pode se dar acerca do ensino de matemática. 2009. Disponível em: <<http://www.pedagogia.com.br/artigos/culturaafricana/>>. Acesso em: 19set. 2015.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa, 1997.
- BRASIL. **Lei de diretrizes e bases da educação nacional**. Lei 9394/96 Brasília. 1996.
- _____. **Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: DF, outubro, 2004.
- _____. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. **Resolução Nº1/2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília, 2004.
- _____. Presidência da República. **Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação. Brasília: DF, janeiro, 2003.
- CAVALLEIRO, Elaine. **Racismo e anti-racismo na educação**: repensando a nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2003.
- CERVO, A.; BERVIAN, P. A. **Metodologia Científica**. São Paulo: Prentice Hall, 2002.
- FELIP, Delton A; TERUYA, Teresa K. **Ensino de História cultura afro-brasileira e africana na educação básica**: desafios e possibilidades. I Encontro de Pesquisa em Educação, IV Jornada de Prática de Ensino, XIII Semana de Pedagogia da UEM: “Infância e Práticas Educativas”. Maringá, PR. Arq. Mudi. 2007;11(Supl.2):503-508. Disponível em: <http://www.pec.uem.br/pec_uem/revistas/arqmudi/artigos/081.pdf>. Acesso em: 12out.2015.
- FIGUEIREDO, Otto Vinícius Agra. O movimento social negro no Brasil e o apelo à educação dos afro-brasileiros. In.: Conferência Internacional a Reparação e descolonização do conhecimento. Salvador (Bahia): [UFBA]. **Anais**, 25-27 de maio de 2007. p. 117-123.
- FREYRE, G. **Casa grande e senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. Rio de Janeiro: J. Olympio, 2002.
- GOMES, Nilma Lino. **A questão racial na escola: desafios colocados pela implementação da Lei 10.639/03**. In: Multiculturalismo: diferenças culturais e práticas pedagógicas/ Antônio Flávio Moreira, Vera Maria Candau (orgs.) 4ª Ed.-Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2011.
- GOMES, Paulo de Freitas; BEZERRA, Rosilda Alves. **Literatura e ensino**: a aplicabilidade da lei 10.639/03 no contexto escolar. 2010. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010>> Acesso dia 12set2015.
- LARAIA, Roque B. **Cultura**: um conceito antropológico. 17ª ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

LIMA, Miguel. **A trajetória do negro no Brasil e a importância da cultura Afro**, 2010. Disponível em: <<http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010>> Acesso dia 12set2015.

MATTOS, Mauro Gomes de; ROSSETTO JÚNIOR, Adriano José; BLECHER, Shelly. **Metodologia da Pesquisa**: Construindo sua monografia, artigos e projetos. São Paulo: Editora Phorte, 2008.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2006.

PINTO, Regina Pahim. A Questão Racial e a Formação dos Professores. **Cadernos PENESB**, Nº 4, Niterói, RJ, EdUFF, 2002.

RIBEIRO, N. G.; CARDOSO, P. J. F. **Racismo, multiculturalismo e currículo escolar**. Florianópolis: Editora da UFSC, 1997.

ROSA, Maria C. da. Os professores de arte e a inclusão: o caso da lei 10639/2003. 29ª Reunião Anual da ANPED. Caxambu, MG, 2006. **Anais...**Caxambu: Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação, 2006. Disponível em: <<http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT21-2610--Int.pdf>>. Acesso em: 12set.2015.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **Direitos humanos e as práticas do racismo**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2013.

SANTOS, I; CLOS, A. C. **Pesquisa quantitativa e metodológica**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2008.

SANTOS. Ubiraci Gonçalves dos. **Livros didáticos**: contribuição para aplicação no ensino de história e cultura afro-brasileira e indígena em instituições de ensino públicos e particulares. São Paulo: Juris way, 2010.

SOUZA, Eliane G. R. da Silva; FERRAZ, Michelle R.; CHAVES, Walmer M. História e Cultura Afro-brasileira (lei nº 10.639/2003): Um desafio para a educação física escolar. In: RIBEIRO, Tomas Leite (Org.). XI Encontro Fluminense de Educação Física Escolar Niterói, RJ, 2006. **Anais...**Niterói: Universidade Federal Fluminense, Departamento de Educação Física e Desportos, p. 435-443, 2007.

SOUZA, Fernanda Dias de; SOUZA, Mariana Ribeiro de; LOYOLA, Rosângela da Conceição. Lei Federal nº 10.639/03: rumos e desafio. In: **Revista Sapientia**, n. 6, p. 60-69, 2007. Disponível em: <<http://www.faculdade.pioxii-es.com.br/anexos.pdf>>. Acesso em: 12set. 2015.

SOUZA, Ana Lúcia Silva (Coord.); CROSO, Camila (Coord.). **Igualdade das relações étnico-raciais na escola**: possibilidades e desafios para implementação da Lei: -10639/03. São Paulo: Peirópolis: Ação Educativa, Ceafro e Ceert, 2007.

SOUZA, Marina de Mello e. **África e Brasil Africano**. Ática: São Paulo: 2008.

WEDDERBURN, Carlos Moore. Novas Bases Para o Ensino da História da África no Brasil. In: **Educação anti-racista**: caminhos abertos pela Lei Federal nº. 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005.mmmmmmmmm

APÊNDICE A – MODELOS DE QUESTIONÁRIO DIRECIONADO PARA O PROFESSOR



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS**

CONTEÚDOS DE MATRIZES AFRICANA, UMA ABORDAGEM SOBRE A INCLUSÃO DA LEI 10.639/03 NA ESCOLA ESTADUAL SEBASTIANA LENIR DE ALMEIDA

Nome Professor (a): _____

Disciplina: _____

Questionário para professores da Escola Estadual Sebastiana Lenir

1. Qual o seu conhecimento sobre a lei 10639/03? Descreva.

2. Você presencia ou já presenciou na sala de aula as relações étnico-raciais baseadas em preconceito que desqualificam os negros e salientam estereótipos depreciativos?

3. A formação de professores pode contribuir para uma formação que dê suporte para o ensino voltado para a inclusão racial e étnica? Justifique.

4. Você já participou de algum curso de formação continuada sobre a inclusão racial e étnica? Descreva.

5. Você já trabalhou com a temática étnico racial em sala de aula? Descreva.

APÊNDICE B – MODELOS DE QUESTIONÁRIO DIRECIONADO PARA ALUNOS**UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS****CONTEÚDOS DE MATRIZES AFRICANA, UMA ABORDAGEM SOBRE A
INCLUSÃO DA LEI 10.639/03 NA ESCOLA ESTADUAL SEBASTIANA LENIR DE
ALMEIDA****Questionário para os alunos da Escola Estadual Sebastiana Lenir**

1. Você tem algum conhecimento sobre a Lei 10639/2003?
 Sim
 Não

2. Você considera importante conhecer a cultura advinda da África existente no Brasil?
 Sim
 Não

3. Você acha que os conteúdos de matrizes africanas ajudarão na formação de uma sociedade menos preconceituosa?
 Sim
 Não

4. Em que disciplinas são trabalhadas os conteúdos de matrizes africanas?
 História
 Literatura
 Artes
 Todas

5. Quais os recursos o professor utiliza nas aulas que envolve os conteúdos de matrizes africanas?
 Através dos livros
 Através de Projetor Multimídia
 Através de pesquisa e extensão
 Todas

APÊNDICE C – FOTOS

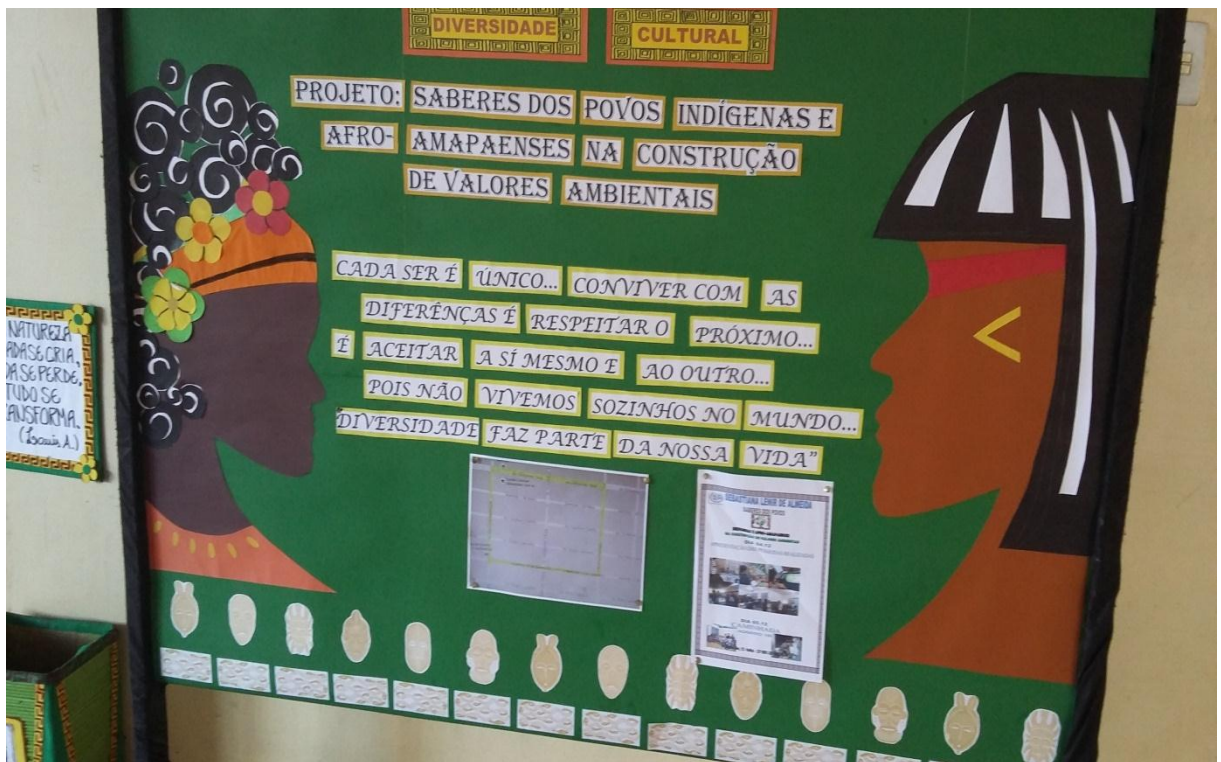


Foto 01. Mural da Escola sobre o Projeto Saberes dos povos indígenas e afro-amapaenses na construção de valores ambientais

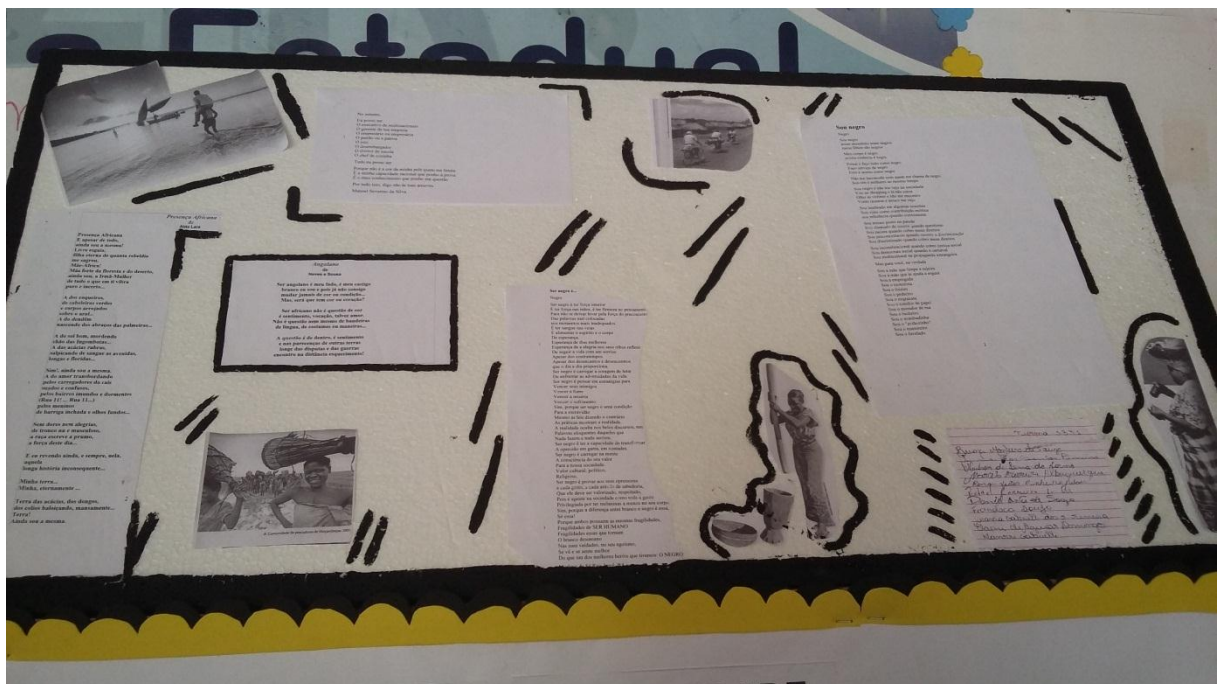


Foto 02. Mural da Escola abordando as culturas



Foto 03. Mural da Escola sobre Dandara dos Palmares

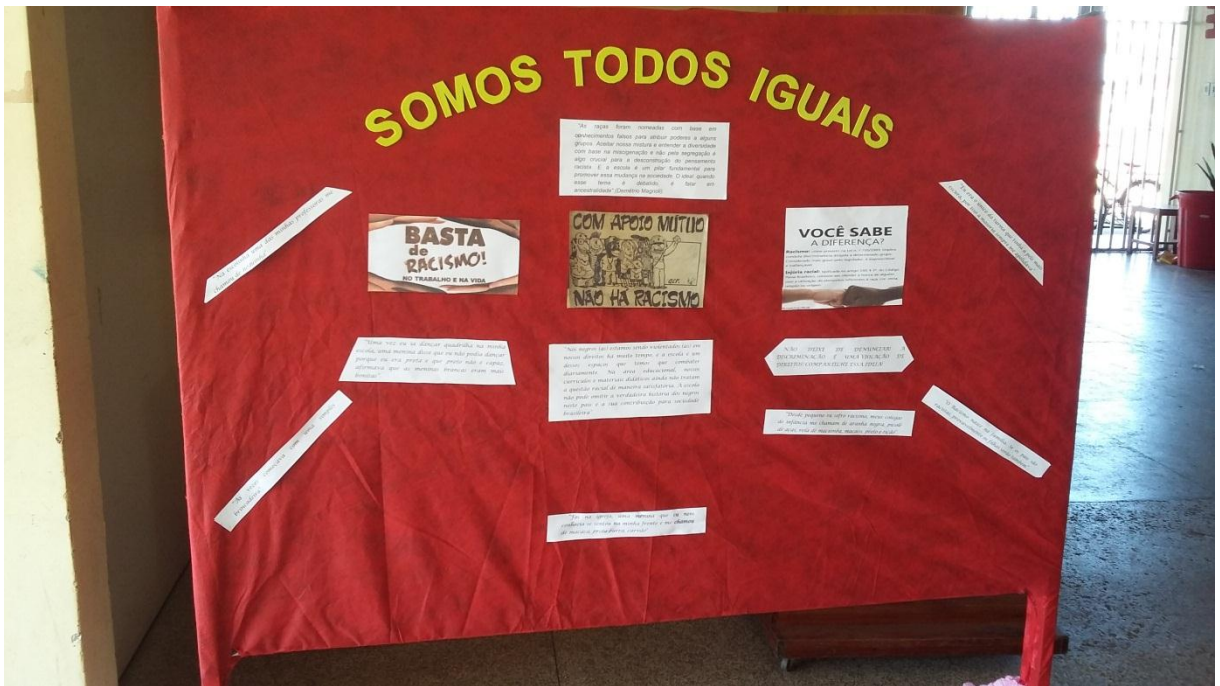


Foto 04. Mural da Escola sobre Somos Todos Iguais